

intermédio de quais pensadores, aparece, no cenário intelectual do século XVIII, o primeiro sistema teórico-conceitual e metodológico de uma incipiente ciência econômica, e de como ela passa a constituir, em última análise, o fundamento do atual modelo societário.

Embora, numa certa medida, ainda matizado por conotações filosófico-morais, esses primeiros fundamentos procurem interpretar o sistema econômico, substancialmente, como uma decorrência dos novos paradigmas mecanicistas e racionais do universo (a Física Newtoniana), estes postulados poderiam servir analogamente de modelo explicativo para o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, deixando à margem as divagações de caráter humanístico e tomando como modelo explicativo o postulado de que a divisão do trabalho estaria condicionada à própria expansão do mercado. Este, por si próprio, seria capaz de fornecer os ingredientes básicos a partir dos quais se desenvolve a concepção individualista do *laissez-faire* e do próprio sistema capitalista.

Pretende-se, agora, então, a partir de uma análise mais detalhada da exposição do Professor Denis, tecer certas considerações de natureza crítico-filosófica acerca da evolução dessas teorias e de algumas implicações delas resultantes para, em seguida, fazer algumas inferências sobre a natureza e a função da classe intelectual e sobre os papéis a ela reservados pelo sistema capitalista.

Esta concepção de desenvolvimento, estribada na teoria da posse das riquezas, tem as suas raízes históricas mais remotas no Liberalismo Econômico clássico, dentro do qual o pensador Adam Smith se inscreve como um dos seus fundadores *honoris causa*.

Com efeito, a tradição empiricista inglesa, cuja fundamentação filosófica pode ser identificada, principalmente, nas contribuições de Hobbes, Locke e Hume, aponta para dois postulados essenciais à compreensão da natureza humana: o primeiro, relativo ao princípio da utilidade, segundo o qual, toda

ação humana tem essencialmente uma finalidade hedonística, ou seja, conquistar o máximo de prazer e afastar todo e qualquer sofrimento; o segundo, diz respeito ao princípio da associação de idéias, de acordo com o qual o pensamento humano explica-se e funciona como uma corrente, cujos elos constituem as idéias, as quais, ligadas entre si, atuam umas sobre as outras numa infundável relação. Mas se as ações humanas se encadeiam movidas fundamentalmente pelos interesses dos indivíduos, como se justificaria a existência de valores morais que, em muitas instâncias, nos impõe agir por dever e não por prazer? Adam Smith tenta expurgar da sua doutrina econômica uma interpretação que implique num puro hedonismo e num individualismo radical e, para resolver o problema, apóia-se no argumento de que as nossas ações não são exclusivamente guiadas pelo interesse pessoal, mas que sofrem também o influxo dos juízos que outras pessoas emitem sobre os nossos atos. Estabelece-se assim as condições de possibilidade de uma moral de caráter mais objetivo. Este constrangimento externo atua como uma barreira reguladora das paixões e dos apetites imediatistas do homem. Todavia, ao considerar que a sociedade se pauta fundamentalmente pelo princípio da distribuição de bens e serviços entre os indivíduos, Smith chega a uma outra conclusão, a saber, que há, na ordem social, uma simpatia natural para com aqueles detentores das grandes riquezas, uma inclinação a tomar os ricos e os poderosos como paradigmas, que servem de modelo não só de admiração, mas sobretudo de obediência.

“Nesta disposição que temos para simpatizar com as paixões dos ricos e dos grandes se fundam a distinção das categorias e a ordem da sociedade. A nossa condescendência para com os nossos superiores nasce mais frequentemente da admiração pelas vantagens da sua situação

do que de qualquer espera secreta da utilidade que nos pode resultar da sua benevolência".¹⁰

Com efeito, a teoria econômica exposta na "Riqueza da Nações" representou, indubitavelmente, um inquestionável referencial do Liberalismo Econômico. Entretanto, a tese original do desenvolvimento, preconizada por Smith parte do suposto de que a vida econômica funciona como um processo, cuja força propulsora simultaneamente decorre do consumo do capital, ao mesmo tempo em que tal consumo constitui o móvel que faculta a sua contínua renovação.

Apoiada no clássico tripé natureza, capital e trabalho, cuja conciliação inteligente seria capaz de promover a expansão da divisão do trabalho e de dar continuidade ininterrupta ao espiral de crescimento econômico, esta doutrina, como é natural, não prevaleceu na forma em que foi originalmente elaborada. Assim é que o liberalismo econômico e o modelo capitalista clássico que engendrou tiveram, ao longo do tempo, de se submeter a certas críticas e adaptações. Mas, nem por isso seus mentores descuraram de, ao promover os necessários reparos e adaptações à sua originária estrutura conceitual e metodológica para acomodá-lo à evolução e aos requerimentos da modernidade e da pós-modernidade, preservar a sua substância ideológica.

Todavia, a crítica mais contundente e radical ao liberalismo econômico foi gerada fora e em antagonismo ao próprio modelo capitalista: trata-se da concepção marxista. O Marxismo constitui verdadeiramente uma versão antitética do capitalismo, uma vez que este separa o produtor dos meios de produção, introduzindo entre eles o mercado, o nexa monetário, e convertendo o trabalho numa mercadoria susceptível de gerar

¹⁰ SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. In DENIS, Henri. *História do Pensamento Econômico*. Livros Horizonte Ltda, Lisboa, 1987, pp. 190-191

lucro e, finalmente, com isso, intensificando e radicalizando as desigualdades entre as classes sociais.

Se, para a doutrina capitalista, como foi visto, é a psicologia dos indivíduos que, por força das suas motivações, conscientemente, considera as condições materiais da vida como instrumento destinado a atender os seus interesses e promover o seu bem-estar, para o marxismo, a forma pela qual a vida material e os modos de produção são geridos no sistema capitalista respondem pela constituição dos principais determinantes ideológicos que engendram as diferentes formas de conceber e atuar sobre o mundo. No famoso Manifesto Comunista, Marx sintetiza essa questão quando declara:

"Na produção social de sua existência os homens contraem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o ser social que inversamente determina a sua consciência".¹⁸

Ora, se como afirmava Robbins, as proposições mais fundamentais da análise econômica são, em última análise, as

¹⁸ MARX, Karl & ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Zahar Ed., R. de Janeiro, 1967, p.93

proposições da teoria geral dos valores, independentemente da filiação doutrinária de qualquer escola, o grande conflito entre a concepção valorativa dos chamados fisiocratas e a marxista consiste no fato de que, para Smith, o progresso da vida material e seu benefício para a humanidade, é produto de uma evolução crescente e harmoniosa entre a possibilidade de gerar riqueza e os sentimentos e as motivações dos indivíduos na sociedade humana. Tecnicamente, na visão smithiana o valor simbolizado através dos preços das mercadorias constitui uma síntese da soma dos salários, lucros e rendas da terra. Entretanto, é importante ter em mente que a concepção de enriquecimento dos indivíduos e das nações — escopo da tese de Smith — se estribava basicamente, nas variáveis comércio e agricultura, e que só posteriormente, com o advento da revolução industrial e do progresso tecnológico é que vieram a modificar-se as relações de trabalho, as quais passaram a requerer novas formas de gerenciamento da atividade econômica, e a introduzirem no sistema social uma outra variável entre a força de trabalho e a produção, a saber: a máquina¹⁹. Apesar disto, o homem, para o pensador inglês, só teria valor enquanto um ser que produzisse riquezas com o esforço do seu trabalho, para si ou para outrem, e não como um valor absoluto em si mesmo, ou melhor, ele seria, em última análise, um instrumento indispensável à produção e à consecução da própria riqueza, esta sim, a finalidade última de todo o processo econômico²⁰.

Marx, por outro lado, embora servindo-se das mesmas categorias utilizadas por Smith, assume uma linha crítica e radicalmente oposta à doutrina do liberalismo clássico. Para começar, contrariamente àquela suposição fisiocrática de um progresso contínuo e harmonioso, Marx empolga a dialética Hegeliana, dando-lhe uma conotação materialista, segundo a qual o progresso da sociedade, se processa através das lutas e conflitos do homem com a natureza e no seio das suas próprias formas de organização social, como condição de prover a melhoria das suas condições materiais de vida. Ademais, para Marx, e aqui a referência é ao jovem Marx, a questão não se explica, apenas, em termos unilaterais, ou seja, a partir do pressuposto de que a infra-estrutura material condiciona de forma absoluta a superestrutura intelectual. O indivíduo tem um valor em si mesmo, muito embora a fruição deste valor esteja necessariamente condicionada ao processo de socialização. O que, na verdade, o impede de tomar consciência desse seu valor, tornando-o objeto dos interesses da classe dominante, são as diversas formas de alienação: religiosa, política, ideológica e principalmente econômica, que o afastam e o impedem de assumir a sua própria libertação, e que servem para justificar, em última análise, a propriedade privada dos meios de produção. A concepção humanista, que vem nitidamente expressa nos famosos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx, aponta para a superação dessas formas de alienação do homem, condição de possibilidade para que ele desfrute a sua verdadeira natureza, através do exercício pleno de todas as realizações de que é capaz. Assim, de acordo com esta vertente marxista, embora o homem esteja inexoravelmente atado à vida material, tal condicionamento, longe de ser um determinismo que governa absolutamente a ação e o pensamento humano, constitui o

¹⁹ DEANE, Phyllis. *A Evolução das Ideias Econômicas*, Zahar Ed., R. Janeiro, 1980, pp.32-33

²⁰ "Todo homem é rico ou pobre conforme o grau em que pode permitir-se usufruir as coisas necessárias, as comodidades e os divertimentos da vida humana. Mas uma vez instalada por completo a divisão do trabalho, o trabalho próprio de um homem só poderá supri-lo de uma parte muito pequena de tudo isso. A maior parte poderá obter do trabalho de outras pessoas e será rico ou pobre dependendo da quantidade desse trabalho que tenha à sua disposição ou que possa comprar." SMITH, Adam. *Wealth of Nations*, cit. em DEANE,

Phyllis. *A Evolução das Ideias Econômicas*. Zahar Ed., R. Janeiro, 1980, p.50.

próprio instrumento da desalienação, na medida em que este mesmo homem tem, potencialmente, as condições para superar as ilusões que o aprisionam a esta mesma estrutura sócio-econômica e a afirmar-se enquanto instância de liberdade como ser humano ativo e produtivo. Como bem sublinha Erich Fromm, Marx tornou-se um dos mais influentes representantes "de um renascimento do humanismo, que se encontra tanto entre católicos e protestantes como entre pensadores e filósofos não-religiosos. O novo humanismo surgiu como reação à dupla ameaça que atualmente pesa sobre a humanidade : a ameaça da guerra nuclear e a destruição de toda a vida ou, 'na melhor das hipóteses' da civilização tal como a conhecemos e a ameaça de total alienação em que o homem na produção e no serviço das coisas, se transforma também em coisa"²¹. Neste mesmo sentido, Celso Frederico observa que Marx critica a sociedade mercantil pelo seu papel castrador da natureza humana, ao subverter o sentido da produção, transformando-a em puro valor comercial e não como uma autêntica manifestação das necessidades humanas:

“A redução do trabalho humano às vicissitudes mercantis é central na argumentação de Marx. O trabalho, visto pela economia política exclusivamente como uma atividade lucrativa, como gerador de valores de troca, leva à completa depreciação do homem. O ser humano, aliás, só interessa à economia política na qualidade de produtor: 'ela não conhece outra forma de trabalho que a que se faz por dinheiro'. Com isso, se estabelece a cisão entre o homem e o operário. A oposição entre o homem e o cidadão, produzida pela alienação da sociedade civil na esfera estatal, ganha uma nova

roupagem e um novo conteúdo na passagem da crítica à política para a crítica à economia política”.²²

Entretanto, pelo que historicamente se pode observar, o caldo de cultura que fermentou as raízes da concepção capitalista, e que permaneceu ao longo do tempo, apesar das mutações, parece voltar a ressurgir, nos dias de hoje, mais revigorado e com um espírito de autosuficiência inaudito, principalmente tendo em vista que, já agora, não mais se defronta com a incômoda alternativa representada pelos seus tradicionais e mais ferrenhos opositores.

Sem dúvida, no bojo da sociedade burguesa, os quadros técnicos e a própria intelectualidade desempenharam um papel funcional e importante, tanto no que tange ao seu desenvolvimento quanto para a sua atual posição hegemônica entre as nações do mundo contemporâneo. Tal temática constituiu-se, assim, o terceiro aspecto da presente reflexão.

É Sartre que, no seu famoso opúsculo "Em Defesa dos Intelectuais", síntese das conferências que proferiu no Japão, em 1965, mas de uma atualidade e pertinência inquestionáveis, refaz todo o percurso dessa ideologia desenvolvimentista, concebida e implementada pela classe burguesa dominante, bem como do papel e da importância, hoje, do técnico na funcionalidade e na eficiência dessa mesma ideologia. Para que melhor se compreenda, portanto, como ela foi engendrada, faz-se necessário acompanhar a sua própria evolução e as diferentes fases de ajustes e readaptações que essa ideologia burguesa teve que sofrer face às novas contingências da história.

Segundo Sartre, o momento histórico que deu origem à ascensão da burguesia, reserva, para o especialista, um papel não só diferenciado mas sobretudo perfeitamente coerente com a visão global do nascente mundo capitalista. Embora rejeitando

²¹ In MARX, Karl. Prefácio aos Manuscritos Econômico-Filosóficos. Edições 70, 1964, Lisboa, p.14

²² FREDERICO, Celso. O Jovem Marx. As origens da ontologia do ser social. Cortez Ed., 1995, p.136

à concepção feudal e os princípios da Igreja tradicional, a burguesia não chegara propriamente a se contrapor à ideologia clerical. Antes, pragmaticamente, recrutando vocações oriundas da sua própria classe, dava assim início à formação do seu quadro técnico de cientistas engenheiros, contabilistas, matemáticos, literatos e filósofos.

“Esses especialistas em meios nascem, portanto, da burguesia e na burguesia; não são uma classe nem uma elite: totalmente integrados no vasto empreendimento que é o capitalismo comercial, fornecem-lhe os meios de se manter e se ampliar”.¹⁶

Estrategicamente não interferem nos conflitos ideológicos com a Igreja. Esta, cindida nas suas próprias entranhas, procura, através da Reforma Protestante ou da Contra-Reforma, adaptar-se às novas circunstâncias e interesses da classe dominante. Como por transformações miméticas, certos conceitos, considerados condenáveis face à velha ordem, recebem roupagens não só mais legítimas mas sobretudo funcionais. Assim é que a usura dá lugar ao crédito para promover a conciliação com os interesses da classe emergente. O tempo é então maduro para que se possa forjar uma ideologia própria, cuja elaboração fica sob a responsabilidade dos especialistas do saber prático: Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, D'Alembert. São os *philosophes* encarregados de criar uma concepção racional do Universo que englobe e justifique as ações e as reivindicações da burguesia. E para levar avante esta empresa:

“Eles usarão o método analítico, que é apenas o método de pesquisa provado nas ciências e nas técnicas da época. Vão aplicá-los aos problemas da história e da sociedade: é a melhor arma

contra as tradições, os privilégios e os mitos da aristocracia, fundada num sincretismo sem racionalidade. A prudência fará, no entanto, com que disfarcem com sincretismos de fachada os vitríolos que corroem os mitos aristocráticos e teocráticos”.¹⁷

Isto entretanto corresponde, para Sartre, a uma etapa de um passado longínquo, de uma ideologia que tinha uma base de sustentação ampla, apoiada numa visão de mundo humanístico-burguês. Hoje, a burguesia já não tem o caráter universal de classe nem os seus clássicos postulados se prestam aos novos tempos. Com isto mudou substancialmente o papel da tecnocracia, que já não mais se concilia, como no passado, com a intelectualidade. Para justificar a sua universalidade prepotente, o sistema ideológico-burguês de hoje necessita, apenas, de funcionários fiéis, "funcionários das superestruturas" como designava Gramsci. Indivíduos que, detendo um certo poder de desenvolver procedimentos técnico-burocráticos, sirvam para conciliar a hegemonia social com o poder político. A eles compete, apenas, esclareça-se, adaptar tecnicamente os valores da burguesia às circunstâncias sociais dos tempos modernos, ou, em outras palavras, acomodá-los à conjuntura atual e aos interesses hegemônicos da classe a que servem. Por outro lado, eles são treinados para servir, sempre que se faça necessário, de espécie de cão de guarda que protege e vela com os seus conhecimentos e argumentos técnicos, os sagrados princípios do sistema contra a eventual investida dos seus críticos e contestadores. Eles fazem, com que sua pretensa autoridade, como afirma Sartre, faça passar por leis científicas, o que de fato é apenas a ideologia dominante.

A forma como a classe dominante promove, neste novo estágio do processo social, o recrutamento dos seus tecnocratas e como eles devem desenvolver suas atividades no

¹⁶ SARTRE, Jean Paul. *Em Defesa dos Intelectuais*, Editora Ática, S. Paulo, 1994, p. 18.

¹⁷ SARTRE, Jean Paul. *Ibid*, p. 19.

interior do sistema é, a partir de então, diametralmente diferente daquele utilizado na sua fase ascensional.

“Assim, a classe dominante decide o número de técnicos do saber prático em função do lucro que é o seu fim supremo. Ao mesmo tempo, decide que parte da mais-valia consagrará aos seus salários, em função do crescimento industrial, da conjuntura, das novas necessidades surgidas (a produção em massa, por exemplo, implica um desenvolvimento considerável da publicidade, daí um número sempre crescente de técnicos-psicólogos, estatísticos, inventores de idéias publicitárias, artistas para realizá-las, etc.; a adoção da *human engineering* implica a contribuição direta de psicotécnicos e de sociólogos). Hoje em dia a coisa é clara: a indústria quer por a mão na universidade para obrigá-la a abandonar o velho humanismo ultrapassado e a substituí-lo por disciplinas especializadas, destinadas a dar às empresas técnicos em testes, quadros secundários, *public relations*, etc”.¹⁸

Sartre vê o papel e a função do intelectual como algo bastante problemático, tendo em vista as contradições em que a própria sociedade burguesa o enreda. Primeiro, porque ele não pertence propriamente às classes populares, as quais, por seu turno, não podem produzir os seus próprios intelectuais e, segundo, porque se ele pretende a elas se unir, para cooperar na formulação de uma teoria universalizante, é visto com suspeição, como um "cúmplice da burguesia". Contudo, é no interior destas contradições, no seu destino solitário que Sartre vislumbra uma saída para o intelectual, uma perspectiva de torná-lo um guardião orgânico da democracia e do postulado essencial da liberdade.

Todavia, enquanto este ideal do intelectual orgânico não se concretiza, por outro lado, o sistema de controle da máquina burocrática e o papel desempenhado pela sua *intelligentia*, no atual neoliberalismo, parece estar, neste momento, muito bem sedimentado e, sobretudo, alicerçado em sofisticadas técnicas de reforço do processo de alienação coletiva. Tudo com base em elaborados constructos teóricos que se materializam, na prática, por apelos inteligentes às paixões elementares do povo e competentemente manipulados pelo formidável aparato técnico da mídia. O objetivo principal é instituir mecanismos compensatórios de atendimento aos sonhos e às frustrações da massa.

A Universidade, que a rigor representaria o *locus* privilegiado para a formação de uma intelectualidade crítico-criadora, vem sendo reduzida, particularmente nos países do Terceiro Mundo, a uma fábrica de técnicos e profissionais, destinados — os que passarem pelo controle de qualidade — a integrar os quadros da tecno-burocracia a que se referiu Jean Paul Sartre.

Se, para efeito de ilustração, se direciona este enfoque, reduzidamente, à hipótese brasileira, observa-se, por exemplo, que o futebol e o carnaval tornam-se o derivativo do povo, uma forma simbólica de participação e realização, por transferência, do orgulho nacional, onde se fundem simbioticamente a imagem do sucesso e o exercício da violência.

Toda esta temática afeta diretamente o Brasil, já agora definitivamente filiado ao neoliberalismo. Dentro deste quadro cabe uma referência à educação e dentro dela, em especial, ao projeto político que se delineia para a Universidade pública brasileira. Este projeto parece consistir, basicamente, em transformá-la em um instrumento de mercado, onde a educação se torna uma mercadoria consentânea com os propósitos do desenvolvimento econômico e os estudantes os seus consumidores. Ademais, a Universidade deixou de ser prioridade. Esta passa a ser atribuída ao ensino básico, como se

¹⁸ SARTRE, Jean Paul, *Ibid*, pp. 22-23.

não houvesse uma profunda interdependência entre ambos e como se um autêntico desenvolvimento nacional não requeresse dessa instituição um indispensável compromisso. A propósito, mesmo na Idade Média, onde o controle da sociedade se fracionava entre o poder político do Estado e o da Igreja, a Universidade já desempenhava um importante papel social e era reconhecida por ambos como a mais valiosa das suas instituições sociais. Isto é o que se constata através do que afirma Helene Wieruszowski, uma indiscutível autoridade em Medievalismo. Segundo ela:

“The medieval universities enjoyed an exceptional position in the society which they served with such a remarkable distinction. Instead of being taken for granted as are their modern successors, they were treated by Church and State as treasures, sources of pride, objects of general beneficence”.¹⁹

É curioso observar que esta política de despriorização do ensino superior, adotada pelos países em desenvolvimento, vem de ser refutada pela própria Unesco, conforme assinala o Reitor da Universidade de Santa Maria, Professor Odilon A. Marcuso do Canto, num artigo publicado pela Folha de São Paulo, em 3 de novembro de 1995 (Tendências e Debates). Segundo ele, uma publicação intitulada “Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior” da referida Unesco, declara taxativamente que: “Estamos vivendo uma época em que, sem uma formação e pesquisa satisfatórias de nível superior, nenhum país pode assegurar um grau de progresso compatível com as necessidades e expectativas da sociedade”.

A Universidade sendo uma instituição que integra os sistemas sociais partícipes da modernidade, passa, como eles, pelos mesmos conflitos, enfrenta os mesmos dilemas. Portanto, esta imperiosa necessidade de se harmonizar as teorias econômicas e o progresso técnico-científico aos requerimentos de uma concepção ética e humanística do desenvolvimento, e que representa o cerne das preocupações do Professor Denis Goulet, é um desafio que compete, por ofício, fundamental e prioritariamente à instituição universitária e à intelectualidade que lhe constitui. Porque é a ela que, por excelência, é cometida a tarefa de constituir-se a principal formadora do pensar radical e lúcido sobre o saber científico e sobre suas implicações para o bem estar do homem. De ser a mais capaz de arrostar o desafio de formular um novo “modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo que subordine o *know-how* técnico ao *know-how* ético e comprometa a comunidade científica, existencial, ética e profissionalmente, com o impacto da aplicação. À Universidade compete organizar esse compromisso, congregando os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhe diz respeito.”²⁰

Poder dar conta desta tarefa, torna-se, portanto, parcela de responsabilidade imprescindível e indeclinável para os intelectuais; significa contribuir para a superação, no sentido hegeliano do termo *aufheben*, dos traumas que o paradigma neoliberal, última Flor do Lácio da modernidade, vem impondo aos indivíduos, sobretudo nas sociedades mais dependentes. É, num sentido figurado, procurar arrostar o desafio de, como um novo Ulisses, amarrado ao mastro do seu navio e tendo vedado os ouvidos dos remadores com cera, para impedi-los de ouvir o

¹⁹ WIERRUSZOWSKI, Helene. *The Medieval University*. D. Van Nostrand Co., N. York, 1966, p.15

²⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*. Cortez Editora, S. Paulo, 1995, p. 224.

canto das sereias, conseguir atravessar este mar tormentoso. Se é isto algo possível, só o futuro responderá.